

As Configurações Subjetivas na Produção Midiática sobre Juventude e Violência¹

Gardene Leão de Castro MENDES²
Flávia Martins dos SANTOS³
Universidade Federal de Goiás, GO

Resumo

Este texto discute a estigmatização do jovem pobre na mídia através do mito da periculosidade. Nele, refletimos sobre o papel dos meios de comunicação enquanto formadores de opinião e produtores de violência simbólica, como relatam Bourdieu (1998), Thompson (2007), Ramonet (2001) e Champagne (1996). Por meio da ficção midiática, há na população uma crescente crença neste imaginário. A população passa, então, a reproduzir este discurso. Há na sociedade uma crescente “crença” neste imaginário, que acaba sendo complacente com a situação de extermínio físico e simbólico de jovens pobres, estimulando a criminalização, o preconceito e a invisibilidade dos mesmos.

Palavras-chave: mídia; violência; juventude; cidadania.

1) A violência simbólica nos meios de comunicação de massa

Segundo Bourdieu (1997), em análise que pode ser estendida aos meios de comunicação de massa, a televisão expõe um grande perigo às diferentes esferas da produção cultural, à vida política e à democracia, por ser a principal propagadora de uma violência simbólica que defende os interesses de uma classe dominante, de forma invisível e imperceptível. Para o autor, a tela de televisão se tornou hoje um lugar de exibição narcísica, já que há uma ausência de interrogação por parte de quem participa do processo de produção de conteúdo, com o objetivo de se fazer ver e ser visto. Com a televisão e com os meios de comunicação de massa, pode-se atingir um grande público. Contudo, o autor questiona: o que merece ser dito neste lugar?

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora efetiva da Faculdade de Comunicação e Informação da UFG, Doutoranda em Sociologia pela UFG; Mestre em Educação; Pós-Graduada em Juventude; Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação; Graduada em Comunicação Social. E-mail: gardeneleao@gmail.com.

³ Professora efetiva da Faculdade de Comunicação e Informação da UFG, Mestre em Comunicação pela UFG, Graduada em Comunicação Social. E-mail: flaviamartins21@gmail.com

Bourdieu (1997) afirma que nos meios de comunicação de massa, especialmente na televisão, há uma grande perda de autonomia durante o processo de produção da notícia, já que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições que pouco pode ser dito de forma aprofundada, além das pressões econômicas ligadas aos proprietários dos monopólios e anunciantes de publicidade. Ao insistir em publicar notícias “vazias”, com nada ou quase nada que realmente tenha interesse público, os meios de comunicação de massa afastam as informações pertinentes que o cidadão deveria possuir para exercer seus direitos democráticos. Segundo o autor, o princípio desta seleção é a busca do sensacional, do espetacular. “A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico...” (Bourdieu, 1997, p.25).

Thompson (2007) confirma que vivemos hoje em um mundo em que a circulação generalizada de formas simbólicas, através da grande mídia, desempenha um papel fundamental e sempre crescente. Ao discutir o conceito de ideologia, ele refaz um percurso histórico da utilização do mesmo e apresenta a sua reformulação. Para o autor, a ideologia está envolta em uma série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido e poder.

O sociólogo afirma que hoje vivemos um processo de “mediação” da cultura moderna. Portanto, o mundo atual é atravessado por redes institucionalizadas de comunicação em que as experiências das pessoas está cada vez mais mediada por sistemas de produção simbólica. Ele argumenta que a ideologia pode ser percebida como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. Logo, com o desenvolvimento da comunicação de massa, os fenômenos ideológicos de dominação podem tornar-se fenômenos de massa, afetando, assim, um grande número de pessoas.

(...) Se a comunicação de massa se tornou o meio mais importante para a operação da ideologia nas sociedades modernas, isso se deve ao fato de ela se ter transformado num meio importante para a produção e transmissão de formas simbólicas, e porque as formas simbólicas assim produzidas são capazes de circular numa escala sem precedentes, alcançando milhões de pessoas que compartilham pouco em comum além da capacidade de receber mensagens mediadas pelos meios (...) (THOMPSON, 2007, p.31).

O autor relata que poucos conglomerados de comunicação detém todo o poder de produzir conteúdos mundialmente. Ele ainda afirma que, com os meios de comunicação de massa, o público vivencia um processo de “quase inteiração”: um tipo de inteiração que se

dá quase que exclusivamente em uma só direção, dimensionada pelos produtores de notícias, propiciando poucas chances de resposta ou de diálogo com os receptores.

Ramonet (2001) observa que através dos meios de comunicação de massa, ao invés de um poder autoritário, hierárquico, conquistado anteriormente por meio do uso da força e da coerção, passa-se a viver um poder consensual e disperso, muitas vezes imperceptível, que é obtido através da aprovação da opinião pública. Como explica o autor:

Quanto a falar do poder, não se pode fazê-lo senão considerando a crise que ele sofre, no sentido amplo do termo, e que é uma de suas características neste fim de século. De um poder vertical, hierárquico e autoritário, estamos passando para um poder horizontal, reticular e consensual (um consenso obtido, precisamente, por meio de manipulações midiáticas). Crise, dissolução, dispersão do poder, só dificilmente se sabe onde ele se encontra (RAMONET, 2001, p.39).

Nessa posição de destaque, os veículos de comunicação deveriam ser meios de debate, se colocando como agentes de vigilância e de controle dos poderes, servindo como instrumentos de troca de informações e de estímulo à cidadania. Contudo, eles são muitas vezes utilizados em função de interesses particulares de uma classe social dominante.

Partindo do pressuposto de que os meios de comunicação de massa produzem uma violência simbólica, como argumenta Bourdieu (1997), Ramonet (2001) ilustra que alguns veículos de comunicação tentam produzir informações que favorecem os interesses de determinados grupos hegemônicos. Como as pessoas têm acesso ao que acontece no mundo por meio dos veículos de comunicação e, na maioria das vezes, essa é a sua principal fonte de informação sobre um determinado fato, o que sai na mídia é definido como a “pura verdade” e o que não é relatado acaba ficando no anonimato ou simplesmente não acontece aos olhos da opinião pública.

Sobre a produção da notícia, Bourdieu (1997) afirma que a o índice de audiência exerce um efeito particular: a pressão da urgência e a concorrência pelo furo da notícia, para ser o primeiro a noticiar um acontecimento. Assim, para ele, a televisão não é propícia à expressão do pensamento. Souza (2000) confirma os argumentos de Bourdieu. Convivendo com uma realidade de maior pressão e de competitividade, alguns veículos de comunicação passaram a retratar os fatos por meio de enunciados superficiais para não perder o “furo da notícia”, isto é, divulgar um fato novo antes de outros veículos. Esta situação gera a veiculação de matérias sem profundidade e reflexão, fundamentadas na cultura do espetáculo.

Champagne (1996) também aponta que os meios de comunicação de massa defendem os interesses de uma classe social dominante detentora de um monopólio

mediático em escala mundial. O autor ainda afirma que as várias instituições sociais, para se exprimirem e se fazerem ouvir, devem ter seu discurso formalizado pela mídia. Segundo ele, para sair do anonimato, é necessário ser capaz de produzir alguma coisa que chame atenção dos meios de comunicação de massa. Além da divulgação pela mídia, não basta ser “visto”, é necessário, ainda, ser “bem visto”. Diante desse cenário, fica claro que mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. A mídia é o lugar produtor da evidência e da “verdade”.

Como já apontado, os veículos de comunicação de massa, pressionados pelo tempo, pela concorrência e pela busca da audiência acabam sendo produtores e legitimadores dos ideais de uma classe social dominante, como apontam Bourdieu (1997), Ramonet (2001), Souza (2000), Champagne (1996) e Thompson (2007). A construção destes enunciados é movida por batalhas discursivas que são motivos de disputa e de controle por meio da violência simbólica.

2) A violência simbólica contra jovens pobres na mídia

Ao atuar no plano da representação social, a mídia se consolida como formadora de opinião pública entre os diversos grupos sociais, utilizando-se de recursos discursivos para legitimar seus enunciados. Ao utilizar destas ferramentas, elaborando enunciados que supostamente representariam “a verdade”, o discurso midiático dá sustentação a representações sobre diversos atores sociais, dentre eles, a juventude.

Ao pensar como a mídia representa a juventude, existe um paradoxo: se o jovem em nossa cultura é naturalmente concebido como um potencial consumidor e como um padrão de beleza e de vigor a ser seguido; caso não consiga fazer valer tais características, ele é representado pelos veículos de comunicação de forma estigmatizada.

Ao não atender às expectativas do mundo adulto e do mercado de trabalho, caberá ao jovem pobre pagar um preço muito alto, tornando-se, assim, “aquele que não deu certo”, pois não conseguiu atender à demanda ideal do que se espera dele (aquele que consome, trabalha, estuda, é saudável etc.). Abramo e Leon (2005) relatam como estes estigmas são construídos e reforçados pelos meios de comunicação:

De forma geral, e grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles

relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas (p.25).

Porto (2009) afirma que, na democracia contemporânea, as mídias se constituem em um dos principais produtores representações sociais, com função prática de orientação das condutas dos atores sociais. Segundo a autora, independente se um conteúdo noticiado pela mídia é falso ou verdadeiro, este passa a fazer parte do imaginário social, constituindo-se como “verdades”. Portanto, os meios de comunicação acabam assumindo para si a tarefa de explicar o mundo, produzindo significados.

Almeida *et al.* (2008) concluem que, em uma sociedade onde a mídia assume um papel central na vida das pessoas, ela se torna um veículo ideal para apreendermos como há a efetivação de uma violência simbólica contra os jovens pobres. Ao analisar os casos do jornal Correio Brasileiro e três jornais pernambucanos, as autoras afirmam que há nestas publicações uma representação associada ao jovem desfavorecido, situando a pobreza como fator explicativo da violência. Contudo, para elas, há uma longa distância entre o que é noticiado pela mídia e o real registro de crimes cometidos. A consequência desta visibilidade espetacular da violência é o aumento da sensação de insegurança entre a população.

Em relação à cobertura midiática sobre juventude e violência, as autoras afirmam que há uma recorrência de análises com clara referência à classe e origem social, decorrente uma imediata ligação entre pobreza e violência. Logo, uma característica seria consequência imediata da outra. Contudo, elas ressaltam que, na realidade, os dados comprovam que estes jovens e adolescentes são as principais vítimas da violência, e não o contrário.

Pivete, trombadinha, menino de rua, marginal ou delinquente são termos com os quais a sociedade identifica a criança e o adolescente pobres no Brasil, ainda que dos 40 milhões de crianças e adolescentes pobres, apenas 10% deles possam ser considerados como autores de atos infracionais¹ (Almeida *et.al.*, 2008,p.3).

As pesquisadoras afirmam que há, na mídia, uma recorrência de análises com clara referência à classe e origem social, também decorrente uma imediata ligação entre pobreza e violência. Almeida *et al.* concluem que, na maioria da cobertura feita pelos jornais, os crimes e violências sofridas por jovens desfavorecidos apagam-se da memória social, produzindo uma violência simbólica contra os mesmos, deixando apenas como registro a significação violência-pobreza-juventude.

Ramos e Paiva (2007), em pesquisa feita com repórteres e jornalistas em todas as regiões do Brasil, afirmam que, ao construir uma rede de enunciados sobre os jovens

moradores das periferias, percebe-se que a mídia promove uma violência simbólica a partir de um discurso que reforça sua representação como principais agentes da violência. Esta cobertura dá espaço somente aos assuntos relacionados à criminalidade e à violência, sendo que temáticas como a cultura, o esporte, a realidade cotidiana destes jovens, entre outras, são quase nunca abordadas por estes veículos.

Os autores ressaltam que esta recepção negativa aos veículos midiáticos está relacionada ao fato que os jornalistas, na grande maioria dos casos, utilizam como fonte as informações repassadas pela polícia. Segundo os dados apresentados na pesquisa, das notícias publicadas em grande parte dos jornais do país, um grande percentual (mais de 50%) apresenta como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. “Tal predominância tem como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais, raramente nas páginas” (RAMOS e PAIVA, 2007, p.82).

Outro fator que caracteriza a cobertura enviesada da mídia, principalmente dos jornais sensacionalistas, é o tratamento diferenciado para jovens suspeitos pobres e ricos. Os depoimentos dos jornalistas entrevistados relatam que os jovens suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa do que os jovens das classes média e alta e chegam a ser obrigados a mostrar o rosto para os fotógrafos, sendo sentenciados pela autoria do crime antes mesmo de seu julgamento. Assim, o jovem passa a ser o “bandido” em enunciados que ativam uma representação que confirma a criminalização da juventude. Como relata Pedrosa (2008):

...o tratamento da mídia com relação a estes jovens é o do problema. Essas juventudes excluídas, sobreviventes da periferia, são vistas como uma problemática, não negociada com eles mesmos, não com prioridade às políticas públicas voltadas para a juventude, não como sendo uma questão social-moral-cívica de cada cidadão, não como uma obrigação do Estado, mas com desprezo às suas potencialidades, ao que de construtivo estas pessoas realizam e podem vir a realizar no seu cotidiano, na constituição de uma sociedade mais democrática (p.61).

Para perceber o funcionamento discursivo da violência simbólica que caracteriza o jovem pobre como violento, em Goiânia, Goiás, Mendes (2007 e 2013) percebeu, em pesquisas anteriores, que a tendência destes veículos é a reprodução de um sentido que reforça a criminalização da juventude das periferias. Para realizar estes estudos, a autora como referencial metodológico a análise de discurso francesa.

No primeiro estudo, em 2007, analisou a cobertura feita pelo jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens goianienses. Diante da análise das informações coletadas, percebeu-se que as representações apresentadas nas matérias do *O*

Popular apontavam para a criminalização dos jovens pobres, com enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*. A partir destas reflexões, pode-se constatar, naquele momento, que o jornal *O Popular*, em seus enunciados, acabou contribuindo para estigmatizar e sedimentar uma imagem estereotipada em relação à juventude, abordada sempre a partir do viés da criminalidade.

Em dissertação de mestrado, a autora continuou trabalhando com as representações midiáticas envolvendo a temática: “juventude, criminalidade e violência”, analisando, especificamente, a cobertura do jornal *Daqui* durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010. A pesquisa foi feita tendo como *corpus* de análise o jornal *Daqui* por este ser um importante veículo formador de opinião em Goiás, possuindo, atualmente, a maior tiragem de jornais impressos do Estado.

Ao analisar as notícias deste jornal, pode-se perceber que os jovens comparecem diariamente no jornal *Daqui* tendo suas mortes relatadas de forma espetacular devido a alguma infração cometida, ao envolvimento com o tráfico de drogas ou devido a um suposto confronto com policiais. Em todos os 78 números publicados durante três meses, apareceram 241 chamadas e notícias sobre jovens envolvidos em ações violentas ou criminosas. Por meio desta violência simbólica contra jovens, não sobram outras possibilidades de interpretação para o público leitor, o que contribui para a sedimentação de um olhar estereotipado sobre a juventude.

Segundo Bourdieu (1998), o poder da violência simbólica constrói ou reconstrói determinadas visões de mundo de acordo com interesses de uma classe social, como um poder quase mágico, impositivo e arbitrário. Este poder pode consagrar ou desqualificar um grupo. Portanto, ao analisar como mídia desqualifica e constrói uma imagem estereotipada de jovens pobres, percebe-se que ela promove uma violência simbólica contra os mesmos, como relatam Porto (2009), Almeida *et al* (2008) e Mendes (2013), não sobrando outro tipo de representação sobre os mesmos.

Ao não aprofundar a discussão sobre a realidade de favelas e periferias das cidades, estes lugares são separados dos processos de exclusão social que lhes deram origem. Neste contexto, a grande mídia acaba reforçando a sedimentação de estereótipos, contribuindo para a criminalização da juventude que reside nestas localidades. O jovem passa a ser o

“bandido”, o “perigoso”, em enunciados construídos ideologicamente com o intuito de propagar uma representação social que confirma sua criminalização.

A sociedade passa, então, a reproduzir este discurso, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio e de marginalização dos jovens das periferias urbanas. Assim, os enunciados produzidos por grande parte dos meios de comunicação brasileiros acabam cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a criminalização dos jovens.

3) Jovens pobres e o mito da periculosidade

Coimbra e Nascimento (2003) explicam que o aumento da taxa de homicídios entre jovens pobres está vinculado à violência simbólica que constrói o mito da periculosidade sobre os mesmos. Segundo as autoras, ao longo do século XX, o jovem morador das periferias urbanas tem sido caracterizado como perigoso, associando a ele elementos como a criminalidade e até mesmo a condição de não humanidade, o que justifica seu extermínio físico e simbólico.

Para as autoras, ao longo do século, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades, onde o “emprego fixo”, uma “família organizada” e o poder de consumo tornam-se padrões de reconhecimento, legitimação social e aceitação de jovens na sociedade. Ao fugir destes territórios modelares, o jovem pobre entra para a legião dos que são olhados com desconfiança, sendo evitado, afastado e até mesmo exterminado.

Porto (2010) afirma que é um risco associar, com exclusividade, a violência à pobreza, já que tal afirmativa exclui reflexões aprofundadas sobre as camadas desfavorecidas e sobre os imaginários sociais, que são produto e produtores de representações a violência.

Em outras palavras, ainda que se possa admitir que a violência venha apresentando um componente difuso, no sentido de que penetra a quase totalidade do tecido social, não é viável pensá-la como fenômeno singular, a ramificar-se anteriormente pelo conjunto social. Ao contrário, não existe violência, no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas e cuja identificação é complexa, portanto, qualquer tentativa explicativa e de conceituação tem que, de forma compulsória considerar tal multiplicidade. Não sendo singular, mas plural, a violência não pode ser sistematicamente identificada a uma única classe, segmento ou grupo social... Entretanto, associar, com exclusividade, à violência à pobreza, à desigualdade, à marginalidade, à segregação espacial, etc., pode levar a desvendar apenas uma parte, importante, mas insuficiente, da explicação sociológica do fenômeno, já que exclui manifestações de violência, protagonizadas e sofridas pelas camadas mais favorecidas da população assim como exclui, também, fenômenos que povoam o imaginário social, produtor e produto de representações sociais da violência (PORTO, 2010, p.14).

Souza (2011, p.9) relata que, em sua dimensão subjetiva, a violência urbana é percebida por um sentimento de insegurança generalizado: as pessoas tomam cuidado ao se movimentar pelas ruas, ao buscar a proteção de seus lares, tornando desconfortável a vida da cidade. Segundo a autora, o pânico faz com que as diferenciações sociais se transformem em separações físicas e simbólicas, dificultando a sociabilidade e a integração, com argumento do aumento da repressão e da punição.

Ao analisar a violência urbana na região metropolitana de Goiânia, Souza e Rabelo (2011) confirmam que há na população da cidade, um sentimento generalizado e difuso de insegurança, provocado pelos efeitos reais ou imaginários da violência urbana. Este sentimento traz graves consequências: uma mudança na configuração do espaço urbano da cidade, com condomínios e residências que presam pela segurança como prioridade. Os autores também relatam que não existe relação direta entre o grau de vitimização e o desenvolvimento do sentimento de insegurança. Segundo eles, a busca por segurança e o medo do crime, mais do que a violência objetiva, cria o diferente - uma classe baixa, que deve ser evitada. Portanto:

...o outro que deve ser evitado é aquele que não vive no mesmo bairro, que não tem acesso às mesmas instituições e que não exibe os mesmos sinais exteriores de aparência. Os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam essa tese. Ficou manifesta a tendência de atribuir a violência a um outro imaginário, estereotipado como estranho, suspeito, perigoso, os mais pobres, os habitantes da periferia. E na fala dos entrevistados, periferia nunca é o lugar onde a própria pessoa mora: a periferia é sempre um lugar mais distante... (SOUZA e RABELO, 2011, p.26)

Vale lembrar, como argumenta Souza (2012), que as representações da violência em Goiânia trazem como consequência uma segregação socioespacial onde o poder público, articulado com os interesses do mercado imobiliário, remove as áreas pobres dos locais que possuem interesse de especulação imobiliária para além da área urbanizada da cidade, contribuindo para a visível separação espacial entre pobres e ricos e para a extensão das áreas periféricas.

Frattari (2011) confirma que o sentimento de insegurança em Goiânia cria um espaço no qual as diferenças tendem a ser cada vez mais ameaçadoras, o que contribuiu para reforçar os processos de segregação social. Segundo a autora, o medo da violência parece colaborar com a produção representações estereotipadas de um sujeito “produtor da violência”. Assim, os jovens e moradores das áreas pobres sofrem as consequências de uma violência simbólica, invisível, sendo eleitos indiscriminadamente como criminosos.

A autora relata que o discurso sobre a violência tem desdobramentos práticos quanto à segregação espacial e social na cidade de Goiânia, contribuindo para a formação de um espaço fragmentado e marcado pelo medo. Os lugares públicos vão ficando vazios, já que as pessoas das classes altas se escondem em condomínios fechados, evitando o contato com os moradores das periferias, considerados “perigosos”. Neste cenário, aumentam as demandas por repressão e intensificação da punição a esta população.

Com estes argumentos é possível perceber que o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1998) se aplica na vinculação de uma representação midiática e social que associa o jovem pobre ao mito da periculosidade, defendendo interesses de um grupo hegemônico. Este poder, como argumenta o autor, é impositivo, arbitrário e equivale ao que é obtido pela força física e econômica.

Portanto, como apontado pelos autores citados, há a construção de uma representação que vincula a imagem do jovem pobre como criminoso ou violento. A consequência desta representação é a adoção de medidas punitivas contra estes jovens pobres. Souza e Rabelo (2008) relatam as consequências da demanda por maior repressão entre policiais de Goiânia, especialmente quando se trata do extermínio de jovens pobres, do sexo masculino, com idade entre 15 a 29 anos:

Essas conclusões não podem deixar de considerar que faça parte da estratégia policial que setores envolvidos com o policiamento ostensivo e com o combate à criminalidade violenta não pratiquem a tolerância zero. Mais do que isso, a polícia militar tem sido acusada de formar grupos de extermínio de detentos do regime semi-aberto do sistema prisional goiano e da morte de jovens usuários de drogas. Levantamento feito por um jornal local registrou que nas duas varas criminais da justiça comum do Estado de Goiás, no período de 2006 até setembro de 2008, 316 policiais militares foram acusados de matar 178 pessoas em Goiânia. Dos homicídios registrados na polícia civil em 2007, 7% têm por motivação “confronto” com policiais militares. A Ouvidoria-Geral da Polícia Militar encaminhou ao Ministério Público relatório acatando a consistência de 15 denúncias de execução presos do regime semi-aberto por policiais militares em 2007.

Informações sobre mortalidade por homicídios do DATASUS para 2005 mostram que em Goiânia, 66% das vítimas estavam na faixa etária de 15 a 29 anos. Durante o ano de 2007 181 jovens com até 30 anos foram assassinados em Goiânia, 57% do total de vítimas de homicídio. Nos primeiros seis meses de 2008, já morreram 131 jovens, mantendo-se o mesmo percentual (SOUZA e RABELO, 2008, p.20).

A consequência desta representação é o extermínio de jovens pobres, através da banalização da violência contra os mesmos. Esta violência, legitimada pelo estado, passa a não ser questionada pela sociedade que, ao ver na mídia notícias envolvendo confrontos entre policiais e jovens, acaba por não questionar esta realidade. Todos os dias estes jovens

têm suas mortes estampadas nas manchetes dos jornais locais, sem que haja um posicionamento ou cobrança por mudanças por grande parte da sociedade.

Segundo Frattari (2011), em Goiânia, na maioria das narrativas dos membros da elite, os jovens pobres constituem personagens centrais da violência física e simbólica e principal alvo de medidas repressivas. Concebidos como indivíduos incompletos, em formação, eles estariam mais suscetíveis a cometer crimes. Assim, é sempre lembrada a questão da redução da maioridade penal, percebida como fundamental para a redução da violência.

Soares (2004) confirma que na sociedade brasileira o jovem pobre, negro e morador das periferias urbanas é um ser socialmente invisível devido à violência simbólica, que gera preconceito e o mito da periculosidade. O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre estes jovens um estigma que os anula e os substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com eles, mas que expressa as várias formas de invisibilidade vivenciadas pelos mesmos.

Segundo o autor, as instituições que dirigem a sociedade justificam a adoção do aumento da violência contra a juventude empobrecida através de medidas “preventivas” que vitimizam ainda os jovens moradores das periferias urbanas. Para ele, estas instituições erram brutalmente quando enviam os jovens infratores para cumprirem medidas “socioeducativas” que, de fato, oferecem condições degradantes para uma falsa “reabilitação”, condenando-os a uma morte simbólica e moral:

Pois é aí que as instituições que dirigem a sociedade metem os pés pelas mãos. Quando seria necessário reforçar auto-estima dos jovens transgressores no processo de sua recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: “Vocês são o lixo da humanidade”. É isso que lhes é dito quando são enviados às instituições ‘socioeducativas’, que não merecem o nome que têm - o nome mais parece uma ironia. As instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço... (SOARES, 2004, p.145).

Como é possível perceber, as representações produzidas pela mídia e pelas diversas instituições acabam por consolidar “verdades” sobre os jovens pobres, que sofrem as consequências de uma violência física e simbólica, aumentando sua invisibilidade e os definindo como perigosos e autores da violência. Cotidianamente o mito da periculosidade que recai sobre estes jovens é hiperdimensionalizado, inclusive pela mídia, justificando ações cada vez mais duras e punitivas contra os mesmos, como, por exemplo, a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. Ao que parece, além da morte física, estes jovens também são condenados simbolicamente, já que os estereótipos construídos não dão

outras chances de representação de si mesmos além destes sentidos já estabelecidos socialmente.

4) Considerações Finais

Ao mesmo tempo em que a mídia sensacionalista produz uma violência simbólica que reforça o mito da periculosidade de jovens pobres, a realidade mostra dados que atestam o contrário do que é divulgado pelos veículos de comunicação. Conforme já apontado pela pesquisa “Mapas da Violência”, coordenada por Waiselfisz (2014), os jovens pobres, negros e moradores das periferias aparecem muito mais como vítimas da violência do que como autores de crimes. Estes jovens estão sendo exterminados fisicamente e simbolicamente todos os dias e sua morte se torna comum e rotineira aos olhos da sociedade.

Neste contexto, surgem grupos de extermínio que são autorizados a executar jovens em todo o país, sem que haja contestação da sociedade diante de vários crimes cometidos contra jovens. Ao contrário das várias notícias que criminalizam os jovens e que foram capas do *Daqui* nos meses de fevereiro, março e abril de 2010, no início de 2011, surge, em Goiás, uma denúncia da efetivação de grupos de extermínio formados por policiais militares que executaram vários jovens sem que houvesse comoção pública. Apenas após a denúncia sistemática de entidades de direitos humanos, de movimentos sociais e de familiares ligados a jovens que foram executados durante mais de 10 anos no Estado é que houve uma denúncia pública da existência de grupos de extermínio formados por policiais no Estado, conforme divulgado pelo *O Popular*:

Na Polícia Militar (PM) não são incomuns os elogios formais a policiais que matam em ocorrências - nem mesmo naqueles casos em que a morte se dá em circunstâncias obscuras, de difícil apuração de responsabilidades. A Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal, que prendeu 19 militares acusados de integrar grupos de extermínio em atuação há mais de dez anos em Goiás, revelou que a alegação "morte em confronto", tão utilizada em relatórios da PM, se tornou um eficiente artifício para justificar execuções sumárias durante ação policial... O louvor à violência, presente em algumas sindicâncias, dificulta ainda mais o trabalho de apuração de responsabilidades e reproduz uma cultura que muitas vezes beneficia o policial truculento, em detrimento daquele que utiliza expediente de uso gradual da força, segundo a necessidade... 50 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a polícia no ano passado em Goiânia. Quase o dobro de 2009 quando 27 pessoas morreram nas mesmas circunstâncias... Existem sindicâncias que enaltecem e indicam promoções a policiais envolvidos em ocorrências com mortes, muitas vezes desprovidas de provas suficientes para sequer inocentar esses policiais... (AQUINO, 2011, p.10).

Segundo a denúncia, existem sindicâncias na polícia que enaltecem e indicam promoções a policiais envolvidos em ocorrências com mortes. Em gravação divulgada pelo jornal, um policial afirma "Eu mato. Eu mato por prazer e satisfação (...). Eu nunca irei mudar... Um pouquinho de sangue na farda, né chefe, sem novidade, comandante". (AQUINO, 2011, p.10). Os diálogos da gravação divulgada na reportagem ainda sugerem que membros do Executivo e do alto comando da PM favorecem e acobertam este tipo de atuação. E a sociedade permanece calada diante da execução sumária de jovens pobres, negros e moradores das periferias urbanas que são criminalizados sistematicamente pela mídia sensacionalista através de sua representação vinculada ao mito da periculosidade.

Ciente da importância da mídia enquanto formadora de opinião, como relatam Bourdieu (1997), Thompson (2007), Ramonet (2001) e Champagne (1996), é imprescindível refletir sobre a forma como a juventude, principalmente das camadas populares, é retratada nestes enunciados. Conforme já relatado, esta violência simbólica perpassa cotidianamente o imaginário de seu público leitor, reforçando a construção de estereótipos sobre os jovens pobres, sempre vistos como autores da violência.

Portanto, por meio da ficção midiática, há na população uma crescente crença nesta violência simbólica que reforça o estereótipo de jovens pobres como criminosos. A população passa, então, a reproduzir este discurso, como relatam Souza e Rabelo (2011), Frattari (2011) e Porto (2009) sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio e de marginalização dos jovens das periferias urbanas, defendendo inclusive ações como a redução da idade penal de 18 para 16 anos. A violência simbólica produzida pela mídia acaba cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a caracterização da juventude como problema e autora da violência.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H; LEÓN, O; FREITAS, M. **Juventude e adolescência no Brasil**: Referências Conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALMEIDA, A; ALMEIDA, A; SANTOS, M, PORTO, M. Juventude na mídia: violência e distinção social. **Educação e Cidadania**, (2008), 1-16.

AQUINO, M. Militares matam e recebem elogios. **O Popular**, p.10, 28 fev. 2011.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____, P. A Metamorfose dos gostos. In: **Questões da sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

_____, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo:. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 46-82.

_____, P. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____, P. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____, P. Violência Simbólica e Lutas Políticas. In: **Meditações Pascalinas**. Tradução Serigo Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANESIN, M. O conceito de *habitus* na ‘teoria da prática’ de Bourdieu com o pensamento sociológico durkheimiano. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v.10. n. 2. p. 425-441, mar./abr. 2000.

CANEZIN G., M; D., A. Jovens da EJA e o tempo social na perspectiva sociológica de Bourdieu. In: CANEZIN GUIMARÃES, Maria Tereza; SOUSA, Sônia Margarida. **Jovens, espaços de sociabilidade e processos de formação**. Goiânia: Editora PUC-Goiás/Cânone, 2010.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

COIMBRA, C; NASCIMENTO, M. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P; IULIANELLI, J. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA, L. A. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. In **Educação e Sociedade**, n. 4, set., p.79-110, 1979.

FRATARRI, N. Discursos e representações do medo da violência na cidade de Goiânia. In: SOUZA, D. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cânone Editorial, 2011. p.79-113.

_____. Sentimento de Insegurança na Cidade de Goiânia. In: SOUZA, Dalva. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cânone Editorial, 2011. p.31-51.

KEHL, M. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho D’água, 2008.

MARTINS, C. Sobre a noção de prática. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 62, mar. 2002.

MENDES, G. **As abordagens do Jornal O Popular sobre a violência policial contra jovens de Goiânia no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006**. Monografia (Pós-Graduação em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo, FAJE), Goiânia, 2007.

_____. **Criminalização da juventude na mídia impressa goiana**. O caso do Jornal Daqui. São Paulo: Editora Ixtlan, 2013.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, p. 7-36.

PEDROSA, J. M. **Violência, mídia e juventude:** análise sobre o discurso adotado pelo jornalismo impresso sobre a realidade violenta de jovens da periferia da cidade do Natal, Natal, 2008. Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais), UFRN.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PORTO, M. S. *Mídia, segurança pública e representações sociais.* **Revista Tempo Social**, São Paulo: Usp, Departamento de Sociologia, v.21, n.2, 2009, p.211-233.

_____. **Sociologia da Violência.** Do conceito às representações. Brasília: Verbana Editora. 2010.

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e Violência:** novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SETTON, M. Uma introdução a Pierre Bourdieu. In **Revista Cult.** São Paulo: Editora Bregantini, nº 128, 2008.

SILVA, F. **Não dá mais para assistir ao extermínio de jovens!** Disponível em: <<http://redehumanizaus.net/10850-nao-da-mais-pra-assistir-o-extermio-dos-nossos-jovens>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

SILVA, I. *Redução da maioria penal frente ao estatuto da criança e do adolescente.* Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 07 fev. 2010.

SOUZA, D. Apresentação. In: SOUZA, Dalva. (Org.). **Violência urbana em Goiás.** Práticas e Representações. Goiânia: Cênone Editorial, 2011. p.9-13.

_____. Representações da violência urbana e segregação socioespacial na cidade de Goiânia. In: MELLO, SOUZA, NUNES e SOFIATI (Org.). **Questões de Sociologia.** Debates contemporâneos. Goiânia, Cênone Editorial, 2012. p.233-255.

SOUZA, D; RABELO, F. Vitimização e sentimento de insegurança em três municípios da região metropolitana de Goiânia. In: SOUZA, Dalva. (Org.). **Violência urbana em Goiás.** Práticas e Representações. Goiânia: Cênone Editorial, 2011. p.13-31.

_____. **Violência urbana e punição - representação de agentes envolvidos no “combate” à violência.** In: 32º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 2008.

SOARES, L. E. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, J. P. **As notícias e seus efeitos.** Coimbra: Minerva, 2000.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WAISELFISZ, J. **Mapa da violência 2014:** os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2014.